LEI N° 5.871, DE 04 DE JANEIRO DE 2012.

Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação para o decênio 2011-2020 (PME - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto na legislação federal em consonância com o art. 214 da Constituição.

Art. 2º São diretrizes do PME - 2011/2020, as constantes no Anexo desta Lei.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME - 2011/2020, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência os censos municipais da educação mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência dessa Lei, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PME – 2011/2020.

Art. 6º O Município deverá promover a realização de pelo menos duas conferências municipais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME – 2011-2020 e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio 2021-2030.

Art. 7º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes municipais e estadual, podendo ser complementadas por mecanismos locais de coordenação e colaboração recíproca.

Art. 8º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME - 2011/2020 e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 04 de janeiro de 2012.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado
Chefe de Gabinete

- A N E X O -

ADOLFO ANTONIO FETTER
Prefeito Municipal

Fabrício Ckless da Silva Tavares
Vice-Prefeito

Ademar Fernandes de Ornel
Secretário Municipal de Educação e Desporto
Coordenador da Comissão Organizadora do PME

Cássio Furtado
Superintendente de Ensino
Vice-coordenador da Comissão Organizadora do PME

Mariluce dos Santos Kurz Vieira
Cristiane Marryam Quiumento
Secretárias da Comissão Organizadora do PME

Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
Presidente da Câmara de Vereadores

Adalim Luiz Garcia Medeiros
Carlos Alberto dos Santos Passos
Diaroni Pedro Rocha dos Santos
Dionízio Vellozo
Idemar Barz
Ivan Ademar Dornelles Duarte
José Sizenando dos Santos Lopes
Milton Rodrigues Martins
Pedro Godinho da Silva
Luis Eduardo Brod Nogueira
Roger Ney
Valdomiro Cardoso Lima
José Inácio Lopes de Jesus
Zilda Maria Treiber Bürkle

Vereadores

APRESENTAÇÃO

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO representa o conjunto de avanços que a sociedade deseja para a educação em Pelotas, para os próximos anos.

A elaboração das metas, ao contar com a contribuição de um amplo leque de entidades e organizações educacionais, certamente nos dá a certeza de termos consolidado o que há de mais adequado e eficiente para a nossa realidade. Cabe ressaltar que o mesmo foi aprovado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino de Pelotas, eleitos pelos seus pares.

A busca de novas concepções educacionais, profissionais comprometidos e estrutura em crescente processo de adaptação, farão com que as metas do Plano sejam atingidas, principalmente se estivermos sempre atentos e preparados para aceitar inovações e adaptações que poderão surgir durante a execução do mesmo.

Elaborar um Plano coletivamente, de forma participativa e democrática, nos permite apontar caminhos e estratégias para elevar o índice de aproveitamento escolar, o acesso e a permanência de nossos alunos na escola, o que resultará no sucesso escolar, consequentemente na possibilidade de uma sociedade mais justa e fraterna.

Ajudar a melhorar a sociedade através da educação é uma missão de grande responsabilidade e um imenso desafio, mas é também uma honra e um privilégio destinado aos profissionais da educação em sintonia com toda a comunidade pelotense.

Ademar Fernandes de Ornel
Secretário Municipal de Educação e Desporto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 4
SUMÁRIO 5
I – INTRODUÇÃO..... 6
II – OBJETIVO GERAL..... 7
III – ORGANIZAÇÃO..... 7
IV – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO..... 8
1. DADOS FÍSICOS E ECONÔMICOS..... 8
2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS 8
2.1. Distritos: 9
3. ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO 10
4. ASPECTOS POPULACIONAIS 13
5. ECONOMIA 14
6. SANEAMENTO BÁSICO E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA 15
7. SAÚDE 15
8. ASPECTOS EDUCACIONAIS 16
8.1 Estrutura 16
8.2 Rede Escolar 16
8.3 Níveis de Ensino – Educação Básica 18
8.4 Educação Infantil 29
8.5 Ensino Fundamental 30
8.6 Ensino Médio 31
8.7 Educação de Jovens e Adultos 32
8.8 Educação Profissional 33
8.9 Ensino Superior 33
9. DIRETRIZES DO PNE 35
9.1 EIXO 1: Dinâmica da Escola: formação, currículo e avaliação 36
9.2 EIXO 2: Saúde e Escolar 39
9.3 EIXO 3: Pluralidade Cultural e Igualdade 40
9.4 EIXO 4: Gestão, democracia e financiamento 41
9.5 EIXO 5: Gestão Ambiental e sustentabilidade 43

I – INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Pelotas – PME, é resultado de uma construção coletiva, participativa e democrática, envolvendo todos os segmentos educacionais e a sociedade como um todo.

A partir do diagnóstico da realidade educacional, foram construídas as diretrizes e metas para a educação de Pelotas nos próximos dez anos, considerando o contexto nacional, a legislação vigente e as necessidades apresentadas pela sociedade contemporânea.

As ações na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (Séries/Anos Iniciais e Finais) que são de competência do município, conforme prevê a Constituição Federal e a LDB 9394/96, serão prioridade dessas diretrizes e metas.

Já nos outros níveis, etapas e modalidades de ensino, as metas se efetivarão na forma de regime de colaboração entre as mantenedoras das instituições de ensino.

A consecução dos objetivos e metas propostas depende do envolvimento de toda a sociedade, assegurando sua implantação e implementação.

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto será responsável pelo acompanhamento e avaliação do PME, propondo, sempre que necessárias alterações para atender as necessidades educacionais.

O PME originou-se do Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 10.172/ 2001), a qual determina que, a partir dos pressupostos, diretrizes e metas, cada município construa seu Plano Municipal de Educação.

A luz destas prioridades, o município elencou suas metas em consonância com a legislação vigente e irá adequar-se, caso haja necessidade, ao PNE que se encontra em tramitação, propiciando, desta forma, pensar e repensar a Educação de Pelotas, bem como projetá-la para os próximos dez anos, atendendo aos anseios da comunidade e sendo coerente com toda a conjuntura social, política e cultural do país.

Enfim, o PME é o instrumento que direcionará as ações que visam oferecer uma educação de qualidade à população de Pelotas.

II – OBJETIVO GERAL

Nortear as ações que serão desenvolvidas no município com o intuito de elevar a oferta de vagas nos diferentes níveis e modalidades de ensino, viabilizando o acesso, permanência e o sucesso do aluno, priorizando a qualidade da educação e, desta forma, elevando o nível de escolaridade da população. Para a consecução deste objetivo será fortalecida a gestão democrática, bem como será dado continuidade à formação continuada e à valorização dos profissionais da educação.

III – ORGANIZAÇÃO

O PME está organizado em capítulos que abordam os seguintes temas:

. Educação Infantil
. Ensino Fundamental
. Ensino Médio
. Educação Superior
. Educação de Jovens e Adultos
. Educação a Distância e Tecnologias Educacionais
. Educação Inclusiva
. Formação dos Profissionais da Educação e Valorização do Magistério
. Financiamento e Gestão democrática

IV – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. DADOS FÍSICOS E ECONÔMICOS

Área	1.921.80 Km²
Localização	Encosta do Sudeste, às margens do Canal São Gonçalo
Altitude Média	7 metros acima do nível do mar
Coordenadas	latitude de 31º 46'19" longitude 52º 20'33"
Clima	subtropical úmido
Temperatura média anual	17,6º C
Limites	Norte: Turuçu e São Lourenço do Sul; Sul: Rio Grande e Capão do Leão; Leste: Laguna dos Patos; Oeste: Canguçu e Morro Redondo;
Distâncias	Capital do Estado (Porto Alegre): 250 Km Porto Marítimo (Rio Grande): 60 Km Fronteira Uruguai: 135 Km Fronteira Argentina: 600 Km Sistema viário
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico 2002	

2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Localizada na encosta inferior da Serra dos Tapes em uma planície a 7 metros do nível do mar, na Encosta do Sudeste, às margens do canal São Gonçalo, que liga a Laguna dos Patos e Lagoa Mirim. A 250km da capital do estado, Pelotas apresenta duas paisagens naturais e humanas distintas: a serrana, mais elevada e ondulada, e a paisagem de planície, baixa e plana. A primeira corresponde à policultura e à colonização alemã, e a segunda à orizicultura, com composição étnica variada.

A altitude na área rural chega a 450 metros, no distrito de Quilombo.

O município possui uma flora diversificada, que abrange desde formações florestais (eucaliptos, pinheiros, ciprestes, álamos e plátanos) até formações campestres, com vegetação rasteira e herbácea (pampa) e litorânea, além de vegetação típica dos banhados.

O sistema hídrico de Pelotas é formado pelo Arroio Pelotas, Canal São Gonçalo e Laguna dos Patos, a maior laguna de água doce do mundo e com enorme potencial econômico e turístico. O Canal São Gonçalo é navegável em toda a sua extensão e se constitui como ligação entre a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim. Esta última é um importante reservatório de água doce, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, a exemplo da Lagoa Mangueira.

Pelotas situa-se na confluência das rodovias BR 116, BR 392 e BR 471, que juntas fazem a ligação aos países do Mercosul e a capitais e portos do Brasil.

2.1. Distritos:

1° distrito- Sede ou Área Urbana;
2° distrito- Colônia Z3;

3° distrito- Cerrito Alegre;
4° distrito- Triunfo;
5° distrito- Cascata;
6° distrito- Santa Silvana;
7° distrito- Quilombo;
8° distrito- Rincão da Cruz;
9° distrito- Monte Bonito.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO

O nome do município, Pelotas, teve origem nas embarcações de varas de corticeira forradas de couro, usadas para a travessia dos rios.

A história do município começa em junho de 1758, através da doação que Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, fez ao Coronel Thomaz Luiz Osório, das terras que ficavam às margens da Lagoa dos Patos. Em 1763, fugindo da invasão espanhola, muitos habitantes da Vila de Rio Grande buscaram refúgio nas terras pertencentes à Thomaz Luiz Osório. Mais tarde, vieram também os retirantes da Colônia do Sacramento, entregue pelos portugueses aos espanhóis em 1777.

EM 1780, o cearense José Pinto Martins, às margens do Arroio Pelotas, instalou a primeira charqueada em território rio-grandense. O povoado desenvolveu-se rapidamente com a chegada de numerosas famílias, o que determinou a fundação, em 1812, da Freguesia de São Francisco de Paula, por provisão eclesiástica em 7 de julho, desmembrada de São Pedro do Rio Grande. Em virtude do progresso verificado, a freguesia foi elevada à categoria de Vila em 1830 e instalada a 2 de maio de 1832.

Finalmente, com a criação do Município, a vila de São Francisco de Paula foi elevada à categoria de cidade, pela Lei Provincial n.º 5, de 27 de junho de 1835, alterando-se-lhe a denominação para Pelotas. Durante a Guerra dos Farrapos, a cidade foi centro de importantes operações militares. Dentre os feitos heróicos da Revolução Farroupilha, que constituem motivo de justo orgulho para os pelotenses, cita-se o sangrento combate travado próximo à cidade, no lugar denominado Passo dos Negros, no canal de São Gonçalo, onde os Farrapos, tendo à frente o Comandante João Manoel de Lima e Silva, repeliram e derrotaram os legalistas.

Símbolos municipais

Princesa do Sul

Cognome recebido por ser considerada a cidade mais importante da província, de berço privilegiado, desde o cuidado no seu traçado, até seus mínimos detalhes arquitetônicos, ricamente trabalhados em moldes europeus. Seu povo, responsável pelo seu desenvolvimento e consequente crescimento cultural, nos legou um patrimônio onde sua história se retrata.

Bandeira Brasão

Coroa da Cidade - É constituída de 5 torres; identifica a cidade.
Espiga de Arroz - Representa a maior fonte de economia da região.
Índio - Remando em uma pelota de couro que deu o nome da cidade. Foi alterado, pois era um índio nadando e puxando a pelota.
Ramo de Louro - Assinala o aniversário da cidade.
Boi - Lembra as Charqueadas, origem de Pelotas.
Obelisco - Monumento erguido durante a Monarquia por Idealistas Republicanos. É o marco inicial do povoamento da cidade.
Cruz de Malta - Homenagem aos portugueses.
Rosa - Símbolo da caridade do Patrono São Francisco de Paula.

Dentro da roseta, encontram-se as letras:

S
F D P
C

Caritas de São Francisco de Paula.

O brasão foi feito em comemoração aos 150 anos de Pelotas, em 24 de outubro de 1961, por *Artur Henrique Foerstnow.*

Hino

Salve,salve,ó Pelotas querida
Formosíssima terra do Sul
Tens coberta de glória a vida
Como é lindo o teu céu tão azul
Não há terra no mundo grandiosa
Que te iguale no esplêndido brilho
De Pelotas a terra formosa
Tenho orgulho também de ser filho.
No teu seio aparece,fulgura
Alegria,instrução e valor
São Gonçalo baixinho murmura
A canção da saudade e do amor.
Salve,salve, ó Pelotas querida...
Hei de sempre Pelotas te amar
E trazer-te na minha memória
Aprendi no teu seio a chorar
E a sorrir nos momentos de glória.
Meus avós te souberam amar
Com orgulho, carinho e respeito
E ao morrer me fizeram herdar
Esse amor que conservo no peito.
Salve,salve, ó Pelotas querida
Formosíssima terra do Sul
Tens coberta de glória a vida
Como é lindo o teu céu tão azul

4. ASPECTOS POPULACIONAIS

População	323.034 habitantes Sendo: Homens: 153.180 habitantes Mulheres: 169.854 habitantes
Distribuição da população	Zona urbana: 300.952 habitantes Zona rural: 22.082 habitantes
Densidade demográfica	196,18 (hab/Km²)
Taxa de crescimento	1,50%
Eleitores	218969
Etnias	Branco: 269.097

	preto: 31.172 amarelo: 455 pardo: 20.395 indígena: 977 não sabem: 1.060

5. ECONOMIA

O município é um grande centro comercial, atraindo compradores de toda a região para as suas galerias e lojas localizadas no calçadão e bairros.

Em Pelotas constituiu-se a CTMR - Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, cujo nome deriva da resistência de líderes pelotenses aos serviços que eram prestados pela Companhia Telefônica Nacional, antiga operadora no Rio Grande do Sul. A CTMR passou a fazer parte, mais tarde, do sistema Telebrás, distinguindo-se pelos altos nível de qualidade dos serviços prestados, e foi posteriormente absorvida pela BrasilTelecom, atual OI.

6. SANEAMENTO BÁSICO E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pelotas foi criado em 1965. É uma autarquia com aproximadamente 755 funcionários, responsável pela captação, tratamento e distribuição de água potável; coleta e destinação do lixo; coleta e tratamento de esgotos sanitários, coleta e destinação de resíduos sólidos e drenagem urbana.

O SANEP produz 86.500.000 litros de água potável por dia. O município conta com três estações de tratamento de água: a ETA Santa Bárbara, que alimenta a rede de distribuição com 40 milhões de litros por dia; a ETA Sinnott, que é abastecida pelos arroios Pelotas e Quilombo e lança 36 milhões de litros no sistema, diariamente; e a ETA do Arroio Moreira, que contribui com sete milhões de litros; data de 1874 e, com ela, teve início o abastecimento de água tratada em Pelotas, na época com 15 mil habitantes. (Fonte: Plano Municipal de Saúde 2007/2009)

Na cidade, a distribuição de energia elétrica é realizada pela empresa estadual CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica).

7. SAÚDE

O sistema de saúde local é formado atualmente por 52 Unidades Básicas de Saúde, sendo 40 urbanas e 12 rurais (UBS). A Equipe de Saúde da Família (ESF) encontra-se instalada em 15 UBS.

Das 52 UBS, 02 estão sob a gestão da UFPel e 02 sob a gestão da UCPel. Conta também com 01 Centro de Saúde, 01 Centro de Especialidades, 02 Ambulatórios, 09 Hospitais, 01 Pronto Socorro.

8. ASPECTOS EDUCACIONAIS

8.1 Estrutura

A educação municipal tornou-se sistema desde 16 de janeiro de 2003, de acordo com a Lei 4.904. O Conselho Municipal foi criado pela Lei Municipal nº 2005/1972.

8.2 Rede Escolar

Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa

Dependência Administrativa	Nº de escolas
Estadual	52
Federal	2
Municipal	90
Particular	73
Total	277
Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp	

Estabelecimentos de Ensino, por Dependência Administrativa, Segundo a etapa/modalidade ministrada no ano de 2010

Modalidade atendida	Dependência Administrativa				
	Municipal	Estadual	Federal	Privada	Total
Educação Infantil	27	4	-	40	71
Ensino Fundamental	63	48	-	20	131
Ensino Médio	1	21	2	8	32
Educação Especial	*	4	-	5	9
Educação de Jovens e Adultos	23	7	2	5	37
Educação Profissional e Tecnológica	-	3	2	3	8
Educação Superior	-	-	2	4	6
Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp					

Na esfera municipal, existem 25 salas de recursos multifuncionais, vinculadas as escolas da rede, que atendem aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades. Nas salas foram atendidos no ano letivo de 2011, 540 alunos.

Pelotas é município pólo da educação inclusiva, sendo responsável pela formação dos professores de 21 municípios da região. Essa formação é desenvolvida pelo CAPTA, Centro de Apoio, Pesquisa e Tecnologias para a Aprendizagem.

O município de Pelotas caracteriza-se por ser um importante pólo educacional do interior do RS. Segundo a Fundação de Economia e Estatística do Estado, a FEE, a taxa de analfabetismo de Pelotas é de 4,13 % do total da população, informação baseada no Censo de 2010.

Taxa de rendimento do Ensino Fundamental de acordo com o Censo 2010:

Dependência Administrativa	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Estadual	71.9	25.0	3,1
Municipal	77.4	18,8	3,8

Particular	94.3	5,5	0.2
Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp			

Taxa de rendimento do Ensino Médio de acordo com o Censo 2010:

Dependência Administrativa	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Estadual	56,7	24,2	19,1
Federal	76	21,4	2,6
Municipal	57,7	17	25,3
Particular	90,1	9,3	0,6
Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp			

O município conta com seis instituições de ensino superior: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Faculdades Anhanguera, Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Faculdades Dimensão e Faculdade de Tecnologia Senac-RS. Também possui quatro grandes escolas técnicas: Escola Técnica Estadual João XXIII, Escola Técnica Estadual Professora Sylvia Mello, Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça – CAVG, hoje chamado de Instituto Federal Sul-riograndense Campus Visconde da Graça, vinculado ao (IFSUL) e o próprio (IFSUL), antigo CEFET-RS.

8.3 Níveis de Ensino – Educação Básica

8.3.1 Diagnóstico da Gestão

8.3.1.1 Organização da educação no município

Em conformidade com a legislação vigente, com relação à responsabilidade municipal, no que diz respeito aos níveis de ensino, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto coordena, em sua Rede Municipal de Ensino, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental Séries/Anos Iniciais e Finais, e o Ensino Médio (através do Colégio Municipal Pelotense), bem como a modalidade de EJA. Ressaltamos que a Educação Especial perpassa todos os níveis e modalidades, tendo em vista que nosso município acredita na Educação Inclusiva, sendo Pólo em relação a formação continuada dos profissionais da educação no que se refere a Inclusão, totalizando desta forma matrículas no ano de 2010, e 25.941 em novembro de 2011, através de 90 escolas, das quais 27 são de Educação Infantil, 63 de Ensino Fundamental, destas 23 localizadas na zona rural (7 multisseriadas), 40 na zona urbana e destas, uma atende o Ensino Médio.

O Município atualmente atende o Ensino Fundamental de 8 anos, que vem sendo extinto gradativamente, conforme a implantação do Ensino de 9 anos.

8.3.1.2 Estrutura do Órgão Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto está localizada na Rua General Neto nº 860, no centro da cidade. As condições de instalação e funcionamento atendem as necessidades dos setores, necessitando de adaptações no que se refere à acessibilidade. Além dos setores Administrativo e Financeiro, o Pedagógico conta com o CAPTA – Centro de Apoio e Pesquisa em Tecnologias para a Aprendizagem, a qual se destina a subsidiar e acompanhar as demandas referentes a Educação Especial e Inclusiva.

O espaço físico, para cada setor, está estruturado, de maneira que o atendimento às suas atividades seja contíguo. Para a realização das reuniões administrativas e pedagógicas, além de cursos, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto disponibiliza um auditório para pequenos grupos. Caso o grupo tenha um maior número de componentes, são utilizados espaços físicos disponíveis, colocados à disposição da mesma, através de cessão ou locação.

8.3.1.3 Programas do MEC – atendidos no Município

Livro Didático (PNLD)
Mais Educação
Escola Ativa
Caminho da Escola
PDE
PDDE
Formação pela Escola
Pró-Letramento
Alimentação Escolar (PNAE)
PROINFO
Prova Brasil
Provinha Brasil
Biblioteca da Escola
PAR
Pró-Infância
Transporte Escolar

8.1.3.4 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família garante uma ajuda mensal entre R$ 32,00 (trinta e dois reais) e R$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais), conforme o nº de integrantes e a renda familiar. O Programa tem, entre seus objetivos, a redução dos índices de repetência e evasão escolar.

Tendo o mês de novembro de 2011 como referência, 36.930 famílias foram beneficiadas, com um número total de 76.504 indivíduos atendidos pelo Programa Bolsa Família. Um dos pontos mais críticos deste programa é manter atualizados os cadastros das famílias, pela complexidade de transmissão das informações ao Ministério da Educação.

8.3.1.5 Transporte Escolar

A frota de veículos própria é composta por 26 veículos, entre Kombi, micro-ônibus e ônibus. A frota que faz o transporte terceirizado é composta por 36 veículos.

São transportados 1.925 alunos/dia da rede municipal (ensino fundamental do campo), 495 alunos/dia da rede estadual (ensino fundamental do campo) e 279 alunos/dias da rede estadual (ensino médio do campo). Também são transportados 21 alunos especiais/dia.

Foram atendidas 182 solicitações de transporte (escolas/entidades) no ano letivo de 2011.

8.3.1.6 Diretrizes

Um dos aspectos de fundamental importância, quando se trata de Políticas Educacionais, diz respeito ao Financiamento do setor da Educação, tanto no que se refere a mecanismos de arrecadação de recursos quanto à destinação e gestão destes.

Desta forma, as diretrizes elencadas dizem respeito a:

- Garantia dos mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal, quanto à aplicação dos percentuais mínimos, vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Garantia da previsão do suporte financeiro às metas constantes deste Plano Municipal de Educação nos próximos planos plurianuais.
- Realização de campanhas anuais educativas, voltadas à importância da contribuição de impostos pela população.
- Garantia da plena autonomia do Órgão Municipal de Educação, na gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Integração de ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros do Órgão Municipal de Educação e de outras secretarias, nas áreas de atuação comum.
- A locação de recursos para a aquisição de terrenos com o objetivo de construir novas unidades escolares municipais, como forma de atender a demanda escolar.
- A locação de recursos para reformar, adequar e ampliar as unidades escolares da rede municipal de ensino, como forma de melhorar o ambiente escolar e promover atividades voltadas à recreação, lazer e cultura.
- Aquisição de materiais e equipamentos didático-pedagógicos, literaturas infanto-juvenis e bibliografias para as escolas municipais, Órgão Municipal de Educação e bibliotecas escolares, visando melhorar o acervo das bibliotecas e o estímulo à leitura.
- Aquisição de veículos para atender o deslocamento dos funcionários do Órgão Municipal de Educação.
- Garantia da autonomia administrativa, pedagógica e financeira das instituições de ensino municipais, por meio do repasse de recursos diretamente às mesmas para pequenas despesas de manutenção e cumprimento de sua proposta pedagógica.
- Aquisição de equipamentos tecnológicos para as unidades escolares municipais e profissionais da educação.
- Garantia da aplicação de uma gestão democrática, através da escolha pelo voto direto da comunidade escolar dos dirigentes das instituições de ensino, participação das comunidades escolares no processo de definição das políticas administrativas e técnicopedagógicas na gestão das unidades escolares, implantação de conselhos escolares ou órgãos equivalentes nas instituições de ensino, participação dos professores na escolha do livro didático.
- Garantia do desenvolvimento de projetos, com o objetivo de ampliar as oportunidades de aprendizagem.
- Garantia do apoio ao PROERD na realização de palestras preventivas de combate às drogas.
- Garantia de que os profissionais de educação, ocupantes de cargos técnicopedagógicos, sejam devidamente habilitados para exercerem suas funções.
- Garantia de continuação de projetos e programas de capacitação continuada aos profissionais da rede municipal de ensino, através de cursos, seminários, oficinas e palestras interativas.
- Garantia da atualização periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, oportunizando uma política salarial condizente com as necessidades dos profissionais da educação.
- Realização de avaliações bimestrais diagnósticas dos alunos, com o objetivo de direcionar a ação educativa dos resultados obtidos, melhorando, desta forma, o índice de aprendizagem.
- Ampliação do acervo histórico de peças do museu e documentos para o memorial, por meio do desenvolvimento de projetos que envolvam a participação dos alunos das instituições educacionais do município.
- Garantia de merenda escolar de qualidade, incrementada com produtos hortifrutigranjeiros locais.
- Implantação de hortas escolares, como forma de enriquecer a merenda escolar.
- Garantia de transporte escolar aos educandos que dele necessitem.

Nº de escolas, matrículas totais e docentes da educação básica, em Pelotas 2010/2011.

No ano de 2010, a rede municipal de ensino contam com 1.730 professores atuando nas instituições escolares, atendendo a demanda de 29.881 alunos.

No corrente ano, contamos com 2.097 professores, atendendo a demanda de 29.880 alunos.

A rede particular conta com 832 professores, contemplando 14.445 alunos matriculados.

8.3.1.7 IDEB - Metas de Qualidade

O Ideb foi criado pelo Inep em 2007 (escala de zero a dez), sintetizando-se os dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

Foram estabelecidas metas bienais de qualidade para o País, para escolas, municípios e unidades da Federação.

O Brasil deverá atingir a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) progredindo de 3,8 (2005) na primeira fase do ensino fundamental, para 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência (médias nacionais).

IDEB – Resultados e Metas

Rede de Ensino: **pública**
8ª série

Ideb Observado			**Metas Projetadas**							
2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,8	4	4,2	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6

Rede de Ensino: **estadual**
8ª série

Ideb Observado			**Metas Projetadas**							
2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4	4,2	4,4	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2

Rede de Ensino: **municipal**
8ª série

Ideb Observado			**Metas Projetadas**							
2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,6	3,6	4	3,7	4	4,4	4,7	5	5,3	5,6	5,8

Índice de alfabetização	Porcentagem	Ano
Pelotas	95,90%	2010

Taxa de Rendimento Ensino Fundamental 2010

Dependência Administrativa	Taxa de Aprovação %	Taxa de Reprovação %	Taxa de Abandono %
Estadual	71,9	25	3,1
Municipal	77,4	18,8	3,8
Particular	94,3	5,5	0,2
Total	77,4	19,6	3
Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp			

Taxa de Rendimento Ensino Médio 2010

Dependência Administrativa	Taxa de Aprovação %	Taxa de Reprovação %	Taxa de Abandono %
Estadual	60,3	22,6	17,1
Municipal	61,5	20,4	18,1
Particular	88,3	10,7	1
Federal	70,9	21,8	7,3
Total	65	20,9	14,1
Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp			

Taxa de conclusão no ensino fundamental em 2010 no município:

Ensino fundamental de 8 anos:

Série	Percentual de aprovação
2ª série	86,4
3 ª série	88,8
4 ª série	84,1
5 ª série	65,1
6 ª série	65,9
7 ª série	73,6
8 ª série	80,9
Total	78,4
Fonte: CPD/SMED	

Ensino fundamental de 9 anos:

Ano	Percentual de aprovação
1º ano	99,8
2º ano	69,5
3º ano	84,1
Total	87,9
Fonte: CPD/SMED	

Distorção idade-série no ensino fundamental– 2010

A distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino, notadamente no ensino fundamental de 8 anos. Entre os alunos que alcançam o ensino médio 38,82% estão com idade superior à recomendada.

Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental em 2010 nas escolas da rede municipal:

Ensino fundamental de 8 anos:

Série	Percentual de distorção
3 ª série	15,33
4 ª série	15,68
5 ª série	28,18
6 ª série	32,04
7 ª série	26,69
8 ª série	38,82
Total	26,12
Fonte: CPD/SMED	

Ensino fundamental de 9 anos:

Ano	Percentual de distorção
1º ano	1,12
2º ano	7,84
3º ano	21,46
4º ano	17,55
Total	11,99
Fonte: CPD/SMED	

Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização – 2010

Com relação à inserção no mercado de trabalho, havia menor representação das mulheres. A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 41,7% em 2010. O percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de 61,3% em 2010, independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior o percentual passa para 71,8%.

Financiamento da Educação

O FUNDEB substituiu o Fundef, por meio da Lei Federal nº 11.494/2007. A Lei do FUNDEB foi regulamentada pelo Decreto nº 6.553 de 13/11/2007.

O orçamento é organizado em: Educação Infantil, Ensino Fundamental (de 6 a 14 anos, Educação Especial e EJA). Cada rubrica de despesa criada é subdividida de forma a atender os níveis e modalidades, com a respectiva fonte de receita: FUNDEB, MDE, SALÁRIO EDUCAÇÃO, PNAE, PNTE, entre outros.

8.4 Educação Infantil

8.4.1 Diagnóstico

O Município conta, atualmente, com 40 escolas particulares de Educação Infantil cadastradas no Conselho Municipal de Educação, que atendem 1.653 alunos. Por meio de convênio com instituições filantrópicas, são mais 8 entidades. Também são atendidas crianças de 4 e 5 anos de idade em turmas de pré-escola nível A e B nas escolas municipais de Ensino Fundamental.

A educação infantil representa um segmento importante do processo educativo. Vários fatores contribuem para sua expansão no mundo, entre os quais se destacam: os avanços do conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança, a participação crescente da mulher na força de trabalho extra domiciliar, a consciência social sobre o significado da infância e o reconhecimento, por parte da sociedade, do direito da criança à educação, em seus primeiros anos de vida. Para compreender este processo, é preciso partir do pressuposto de que o sentimento e a valorização, atribuídos à infância, têm sido determinados, historicamente, a partir das modificações econômicas e políticas da estrutura social. Neste sentido, a idéia de infância não existiu sempre da mesma maneira.

Ela aparece com a sociedade capitalista, na medida em que muda a inserção e o papel social, desempenhado pela criança na comunidade. Na sociedade urbano-industrial, a criança precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para atuar futuramente. As transformações econômicas, culturais e políticas trouxeram modificações no papel da mulher na sociedade, justificando a necessidade das creches.

8.4.2 Diretrizes

As Diretrizes Curriculares nacionais para Educação Infantil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, consoante o que determina o Art. 9º, § IV, da LDB 9394/96, complementadas pelas normas dos Sistemas de Ensino dos Estados e Municípios, estabelecem os marcos para competências e diretrizes das propostas pedagógicas para as crianças de 0 à 5 anos.

8.5 Ensino Fundamental

8.5.1 Diagnóstico

O número de escolas que atendem o ensino fundamental no Município totaliza 131 escolas, sendo 48 escolas públicas estaduais, 63 escolas públicas municipais (40 na zona urbana e 23 na rural) e 20 escolas privadas.

Segundo o diagnóstico da educação em 2010, a distribuição dos alunos por rede de ensino estão assim definidas:

Dependência administrativa	Nº de matrículas iniciais
Estadual	12335
Municipal	21112
Particular	6233
Total	39680
Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp	

8.5.2 Diretrizes

As diretrizes norteadoras do ensino fundamental do município baseiam-se na Constituição Federal, na LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação, nas Deliberações e Pareceres dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação e dizem respeito a:
- Assegurar a universalização do atendimento a toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola.

8.6 Ensino Médio

8.6.1 Diagnóstico

Em relação ao Ensino Médio, Pelotas possui 32 escolas que oferecem essa etapa de ensino, e, destas, 01 é pública municipal, 21 são escolas públicas estaduais e 08 são escolas privadas.

O ensino médio, no município, é ofertado por 32 instituições de ensino, das quais 21 são da rede estadual , 02 da rede federal, 01 da rede municipal e 08 da rede privada.

Há um considerável índice de evasão no ensino médio, devido às sucessivas repetências dos alunos na mesma série e a necessidade destes jovens de ingressar muito cedo no mercado de trabalho. A defasagem idade-série que diminuiu, mas ainda existe, em especial nas duas séries iniciais, é consequência da evasão e da repetência, que fazem com que estes índices se mantenham elevados, aumentando a demanda para o ensino médio.

8.6.2 Diretrizes

As metas e objetivos propostos neste Plano buscam, no âmbito municipal, a articulação e a reflexão dos administradores públicos, dos gestores, dos profissionais da educação e das instituições formadoras, visando atingir uma melhor qualidade de ensino, um compromisso com a expansão da oferta e a ampliação das condições de acesso a esta etapa de ensino aos cidadãos pelotenses.

8.7 Educação de Jovens e Adultos

8.7.1 Diagnóstico

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduz à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de uma tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros

por parte dos governos e da sociedade. Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino obrigatório. Reconhecendo que a clientela da EJA é heterogênea, mas possui um problema em comum: a cidadania a ser resgatada. Não basta apenas ao Poder Público aumentar recursos e redobrar esforços para elevar a qualidade do ensino aprendizagem. Essa é uma tarefa que deve envolver, de modo solidário, todos os segmentos da sociedade civil.

8.7.2 Diretrizes

A Educação de Jovens e Adultos do município de Pelotas terá como referência os princípios da Educação Profissional em nível nacional com base nos princípios constitucionais da Lei Federal nº. 9.394 em 20 de dezembro de 1996, 3º capítulo no artigo 39 a 42. Visando o atendimento de uma clientela numerosa e heterogênea do EJA no que se refere aos interesses e competências adquiridas na prática social.. Para isso, é necessário e fundamental da participação solidária de todos os segmentos sociais com a temática da educação voltados para a Educação de Jovens e Adultos. A integração dos Programas de Jovens e Adultos com a Educação Profissional aumenta sua eficácia, tornando mais eficiente e atrativo, portanto é importante o apoio dos empregadores, nos sentido de atender as necessidades de formação permanente para trabalho através de jornadas compatíveis com horário.

8.8 Educação Profissional

8.8.1 Diagnóstico

A educação profissional integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
Mais do que nunca, este mundo vai-se transformando no mundo do conhecimento, do saber vertido em operações produtivas.

O ensino técnico é atendido por escolas profissionalizantes, sendo 02 públicas federais, 03 escolas públicas estaduais, 03 escolas particulares e unidades do SESC, SENAC e SEST/SENAT.

8.8.2 Diretrizes

As diretrizes para a educação profissional fundamentam-se na Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n° 9394/96, Decreto n° 2.208/97, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, no Plano Nacional de Educação e Resoluções do Conselho Nacional de Educação.

8.9 Ensino Superior

8.9.1 Diagnóstico

O Município dispõe, em 2011, de 06 instituições que oferecem o ensino superior, entre universidade particular; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do IFSULRS; faculdades particulares e universidade federal com oferta de cursos à distância, cursos de graduação e pós-graduações.

A educação superior do município tem papel fundamental no desenvolvimento da região, num processo de interação constante com a comunidade. Esta ligação permanente, manifesta-se numa série de programas, voltados para atividades culturais e de extensão. Através de projetos de extensão, que envolvem acadêmicos e a comunidade regional, gera-se uma participação efetiva no aprendizado, nos mais diversos setores sociais, em que esses projetos são realizados,

colaborando expressivamente com a qualidade de vida da população.

8.9.2 Diretrizes

Diante de uma sociedade cada vez mais competitiva em decorrência da industrialização, o conhecimento é primordial. Neste processo, a universidade torna-se imprescindível para a qualificação dos profissionais.

Pelotas é um município que vem buscando aprimoramento em diversas áreas, necessitando, para tanto, cada vez mais de cursos que supram tal demanda.

Neste contexto, os munícipes, bem como seus representantes, precisam conscientizar-se de seus respectivos papéis, na busca por investimentos para implantação e fortalecimento dos atuais cursos e na consolidação de novos cursos.

Conforme o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, a Educação Superior tem por finalidade:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar pessoas nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação científica;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem com o meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual, sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular os conhecimentos dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

9. DIRETRIZES DO PME

*Repensar o Ensino do município de Pelotas integralmente e proceder a mudanças efetivas no seu currículo, para a promoção de um processo educativo de qualidade, para todos, construído com base nas múltiplas dimensões e singularidades humanas, na diversidade de tempos de aprendizagem e interesses e nas especificidades dos sujeitos.

*Assegurar uma escola democrática, inclusiva, pensada na sua integralidade, garantindo que o aluno adentre essa escola na idade certa e, que conclua dentro do prazo previsto, com conhecimentos, competências, valores e atitudes que lhe permitam o exercício pleno da cidadania.

*Garantir a continuidade da universalização da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Médio, considerando a impossibilidade de dissociação entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar oferecida.

*Repensar a organização escolar, sua gestão, as regras de convivência e as práticas pedagógicas, a partir da premissa de que a escola precisa reconhecer e acolher a diversidade da clientela que recebe.

*Valorizar e garantir um novo paradigma curricular que possibilite relações interdisciplinares, ou seja, que conceba o conhecimento como parte de uma rede de significações, envolvendo tanto as relações construídas entre as diversas áreas, quanto às produzidas no interior de cada uma delas.

*Reconhecer e valorizar as múltiplas dimensões e diversidade humanas, considerando a criança e o jovem como seres de direitos, com a prerrogativa de que todos podem aprender.
*Garantir a apropriação do conhecimento para uma trajetória escolar de sucesso:
correção da distorção idade/série e ampliação para tempo integral.

9.1 EIXO 1: Dinâmica da Escola: formação, currículo e avaliação

META 1.1: Incentivar a formação dos profissionais da educação, visando melhorar a qualidade de ensino.

ESTRATÉGIAS:

1.1.1-Promover e incentivar a formação continuada e/ou aperfeiçoamento dos profissionais da educação (professores, funcionários e equipes diretivas), através de palestras, cursos, seminários, com temas relevantes elencados pelos próprios profissionais ao término de cada ano letivo.

1.1.2-Garantir meios legais para que os profissionais da educação tenham em sua carga horária, espaço para participar das situações elencadas no item 1.1.1, assim como para as reuniões administrativas e pedagógicas; conforme estabelecido pela Lei 11.738/2008(Piso Nacional do Magistério)

1.1.3-Qualificar os espaços escolares, como bibliotecas, laboratório de informática, laboratório de ciências, salas de vídeo e áudio com recursos materiais e profissionais adequados, oferecendo, assim, espaços para qualificar o ensino.

1.1.4-Suprir as escolas com profissionais especializados a cada um dos níveis de ensino, tais como: coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais.

1.1.5-Desenvolver políticas públicas de formação de profissionais para atendimento aos alunos com necessidades especiais e as salas de recursos, bem como ampliar o número destas.

META 1.2: Oferecer condições, legais e de formação, para que as escolas, democrática e legalmente, organizem seus currículos de acordo com a realidade onde estão inseridas.

ESTRATÉGIAS:

1.2.1-Reorganizar os currículos, adequando-os a realidade e as legislações vigentes.

1.1.2.1-Número máximo de alunos por turma de acordo com a série e/ou ano, bem como nas turmas de Educação Infantil:
- 1° ano: até 25 alunos;
- do 2° ao 4° ano: até 30 alunos;
- do 5° ao 8° ano: até 35 alunos

1.1.2.2-Oportunizar a integração entre as diferentes disciplinas e os temas transversais.

META 1.3: Assegurar que, a partir da aprovação do Plano, todas as escolas de Ensino Fundamental tenham (re)formulado seus projetos político-pedagógicos, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com a organização do currículo, com observância das diretrizes curriculares para o nível de ensino a que atendem.
oportunizando um ensino de qualidade, adequado às diferenças individuais e/ou necessidades especiais.

ESTRATÉGIAS:

1.3.1-Assegurar que todo aquele que não avançar nas primeiras séries dos anos iniciais, receba atendimento especializado.

1.3.2-Oferecer recursos materiais e profissionais para erradicar a distorção idade/série.

1.3.3-Ampliar as turmas de EJA, incluindo a zona rural.

1.3.4-Reestruturar os conteúdos do EJA, dando ênfase à educação profissionalizante.

1.3.5-Prover as salas de recursos com profissionais especializados.

1.3.6-Assegurar autonomia às escolas para construção de currículo adequado a região onde a escola está inserida, zona urbana ou rural.

1.3.7-Adequar os livros didáticos as realidades regionais em que a escola encontra-se inserida.

1.3.8-Avaliar e reorganizar os Planos de Estudo, adequando os conteúdos a série/ano, estabelecendo pré-requisitos para a série/ano seguinte.

1.3.9-Disponibilizar profissionais adequados de acordo com os currículos construídos pelas escolas.

1.3.10-Promover a reestruturação dos currículos da Educação Infantil, adequando-os a idade e as diferenças individuais

META 1.4- Implantar e implementar, de forma democrática, sistemas de avaliação institucional, em todas as redes de ensino, com vistas à proposição de políticas educacionais que qualifiquem a educação no município.

ESTRATÉGIAS:

1.4.1-Elevar o nível de desempenho dos alunos, reduzindo os índices de reprovação e abandono escolar.

1.4.2-Prover as escolas com profissionais e materiais adequados aos níveis de ensino, tornando o processo de aquisição do conhecimento mais estimulante.

1.4.3-Oferecer meios para que as escolas possam trabalhar junto à comunidade escolar o incentivo a participação dos alunos nas diferentes formas de resgate, promovendo assim o avanço dos mesmos e a diminuição da distorção idade/série.

1.4.4-Incentivar as escolas a promoverem projetos interdisciplinares, tornando o espaço escolar mais atrativo e estimulador do desenvolvimento das habilidades necessárias a formação do educando.

1.4.5-Promover a reorganização do processo avaliativo, para que a avaliação seja diagnóstica, processual, cumulativo e integral.

1.4.6-Capacitar e orientar os profissionais no atendimento e avaliação dos alunos com necessidades especiais, considerando o caráter processual e cumulativo da avaliação.

9.2 EIXO 2: Saúde e Escolar

Meta 2.1- Garantir atendimento bio-psico-social às crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio de programas e projetos, em todas as Redes de Ensino, em parceria com os serviços públicos de saúde e assistência social.

ESTRATÉGIAS:

2.1.1- Assegurar condições adequadas para o bem-estar do educando, seu desenvolvimento físico, linguístico, emocional, cognitivo e social, de modo a promover e ampliar experiências e conhecimentos.

2.1.2-Estabelecer núcleos de atividades para a saúde escolar por bairros/zonas, vinculados as Unidades Básicas de Saúde, com profissionais nas diferentes especialidades.

2.1.3-Promover ações conjuntas permanentes entre SMED/CRAS/UBS visando à saúde integral (física e mental), bem como a prevenção, para os alunos e profissionais da educação.

2.1.3.1-Priorizar a sistemática de projetos para prevenção de DST/AIDS e outras doenças infecto-contagiosas.

2.1.3.2-Investir em programas de prevenção da gravidez na adolescência e controle da natalidade, e respeito as opções de gênero e diversidade sexual.

2.1.3.3-Oferecer meios de resgate aos alunos dependentes químicos e prevenção aos que se encontram em grupo de risco.

2.1.3.4-Realizar, em parceria com os órgãos da saúde, campanhas de vacinação para a comunidade escolar, dentro das escolas.

2.1.4-Garantir número suficiente de profissionais da área de saúde escolar para atender a demanda com eficiência e agilidade.

Meta 2.2-Organização e higienização dos espaços escolares.

ESTRATÉGIAS:

2.2.1-Incentivar mudanças nos cardápios da merenda escolar, adequando-os as zonas de localização da escola e estações climáticas, qualificando assim a merenda distribuída, como forma de alimentação saudável e preventiva a doenças.

2.2.2.-Orientar os gestores e profissionais nos hábitos de higiene e saúde das escolas, promovendo a saúde e o bem- estar da comunidade escolar.

2.2.3-Dar condições estruturais aos prédios escolares, de modo que possuam infraestrutura física adequada às características da oferta de ensino e em consonância com o Regimento Escolar.

2.2.3.1 – Possibilitar áreas verdes com sombreamento, bancos, praças de brinquedos, constituindo-se em espaços de convivência, adequados à faixa etária dos alunos.

2.2.3.2 – Adequar esses espaços aos portadores de necessidades especiais, em atendimento às

determinações das normas federais e estaduais.

2.2.3.3 – Disponibilizar espaços especializados para atividades artístico-culturais, esportivas e recreativas e que sirvam como espaços efetivos nos aspectos pedagógicos e de socialização;

9.3 EIXO 3: Pluralidade Cultural e Igualdade

Meta 3.1- Garantir espaços de discussão e atividades permanentes com temas que promovam o respeito às diferenças, propiciando assim, o fortalecimento de um ensino democrático e igualitário.

ESTRATÉGIAS:

3.1.1-Promover ações com a comunidade escolar que visem o cumprimento da legislação vigente, em relação à diversidade cultural.

3.1.2- Implantar e implementar políticas de ações afirmativas, que visem a valorização da história pessoal e do patrimônio material e imaterial dos membros da comunidade escolar, oportunizando o resgate da autoestima e o respeito as diferenças.

3.1.3-Oferecer meios, materiais e profissionais, para a implantação de projetos que incentivem as manifestações culturais, propiciando a integração e a convivência saudável entre os membros da comunidade escolar.

9.4 EIXO 4: Gestão, democracia e financiamento

Meta 4.1- Aperfeiçoar a gestão democrática e compartilhada no processo educacional, valorizando a participação da comunidade escolar e considerando a implantação de órgãos colegiados.

ESTRATÉGIAS:

4.1.1-Garantir a eleição de diretores e/ou equipe diretiva, de forma direta, pela comunidade escolar.

4.1.2-Efetivar em todas as escolas a criação dos Conselhos Escolares e outros órgãos colegiados que auxiliem na gestão democrática das instituições de ensino, de acordo com a Lei n° 9.394/96,que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4.1.3-Implementar os programas de distribuição financeira direta à todas as escolas,adequando-os a realidade de cada escola, sob controle dos Conselhos Escolares.

4.1.4-Manter fóruns de participação e decisões para a comunidade escolar:

4.1.4.1-Promover palestras, encontros, seminários para divulgação e discussão de leis que tenham ligação direta com a vida escolar.

4.1.4.2-Assegurar a participação da comunidade escolar, para discussão e deliberação para elaboração dos Regimentos Escolares, Projetos Políticos Pedagógicos, Calendário Escolar, etc.

4.1.4.3-Ampliar os espaços democráticos para que os diferentes segmentos da comunidade escolar opinem sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos pela escola.

4.1.4.4-Tornar pública as prestações de contas, das verbas recebidas pela escola a toda a comunidade escolar, visando o cumprimento da legislação vigente.

4.1.4.5-Proceder a denúncias e encaminhamentos cabíveis, para casos de mau uso dos recursos da educação.

Meta 4.2-Valorizar os profissionais da educação, através da qualificação do Plano de Carreira e aplicação da Lei n° 11.738/2008.

ESTRATÉGIAS:

4.2.1-Implantar o pagamento do Piso Nacional do Magistério, previsto pela Lei n° 11.738/2008.

4.2.2-Estabelecer política de valorização dos profissionais da área da educação, através de Plano de Carreira.

4.2.3-Garantir atendimento especializado na área da saúde, física e mental, para os profissionais da educação.

4.2.4-Remunerar com gratificação específica, os serviços que demandam maior risco ou desgaste físico.

4.2.5-Ampliar o pagamento de gratificação para os profissionais que atendem alunos com necessidades especiais, ainda que estejam em turmas inclusivas.

4.3- Ampliar gradativamente a jornada escolar, com o objetivo de expandir a escola de tempo integral que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias, contemplando atividades que desenvolvam as múltiplas dimensões humanas e disponibilizando infraestrutura física, humana e de material às respectivas unidades escolares.

4.4- Construir, ampliar e reformar estabelecimentos de ensino, adequando-os ecologicamente e respeitando um padrão de qualidade de infra-estrutura, conforme legislação vigente.

4.5- Contratar profissionais e serviços que assegurem a integridade e a segurança da comunidade escolar.

4.6-Contratar profissionais habilitados e qualificados, de acordo com a função a ser exercida, em número suficiente, para atuarem nos diversos segmentos, espaços/ambientes escolares, visando à qualificação do ensino.

4.7-Propiciar seminários e outras formas de orientação aos educandos para que estes se organizem de forma democrática e participativa em diferentes órgãos colegiados, como Conselho escolar e Grêmio Estudantil, incentivando assim a formação política destes.

4.8-Modernizar os espaços escolares, facilitando o acesso as tecnologias e mídias que facilitem o processo ensino-aprendizagem.

4.9-Oportunizar o estudo, o debate e a participação dos profissionais da educação nos movimentos sindicais.

9.5 EIXO 5: Gestão Ambiental e sustentabilidade

Meta 5.1-Criar e organizar políticas e programas de educação ambiental, conforme legislação vigente, em parceria com outros órgãos, instituições e Redes de Ensino.

Meta 5.2-Consolidar projetos e programas ligados à Gestão Ambiental e Sustentabilidade, visando resgatar na comunidade escolar a responsabilidade sócio ambiental, assegurando a preservação do Meio Ambiente.

ESTRATÉGIAS:

5.2.1-Promover ações educativas, tais como palestras, cursos, seminários e mutirões, relacionados à Gestão Ambiental e Sustentabilidade, tais como:

5.2.1.1-Coleta Seletiva para todas as escolas, tanto da zona urbana quanto rural e organização dos espaços físicos para armazenagem dos materiais arrecadados;

5.2.1.2-Instalação de coletores de óleo doméstico, de baterias e pilhas nas escolas;

5.2.1.3-Plantio de árvores e ajardinamento da escola e da comunidade onde está inserida;

5.2.1.4-Uso de energia alternativa e o reaproveitamento da água;

5.2.1.5-Reciclagem de materiais como fonte de renda;

5.2.1.6-Produção de adubo orgânico e criação de hortas nos espaços escolares e incentivar a agricultura familiar;

5.2.1.7-Implantar meios para que a água de poços artesianos e cacimbas seja filtrada.

5.2.2-Organizar ações incentivadoras de práticas sustentáveis.

5.2.2.1-Promover ações que despertem na comunidade escolar a consciência da necessidade de preservação do Meio Ambiente para a sobrevivência de todos os seres vivos, incentivando a reflexão crítica e a responsabilidade individual e coletiva.

5.2.2.1-Constituir fóruns educativos periódicos a fim de repensar ações agressivas ao Meio Ambiente e proposição de alternativas de solução.

5.2.2.2-Criar espaços e meios para que através das escolas, se incentive e divulguem ações comunitárias ou individuais reveladoras do respeito ao Meio Ambiente, visando práticas sustentáveis.